



NO COMBATE ÀS DESIGUALDADES

EDITORIAL

P.3 COM AS ESCOLAS NOVAMENTE FECHADAS

AÇÃO SINDICAL

P.4, P.5 FNE SUGERIU ENSINO MISTO NO SECUNDÁRIO E PRIORIDADE PARA A VACINAÇÃO NA EDUCAÇÃO

P.6 À P.8 NOVO CONFINAMENTO COMEÇOU COM AS ESCOLAS A FUNCIONAR

P.9 RESOLUÇÃO | ADEQUAR A ORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS À EVOLUÇÃO DA PANDEMIA DEFENDENDO OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

WEBINÁRIO

P.10 À P.12 MARÇAL GRILO: “A MAIOR EXIGÊNCIA É COM NÓS MESMOS”

NÃO DOCENTES

P.13 FNE: “NÃO BASTA APLAUDIR O ESFORÇO. É NECESSÁRIO VALORIZAR O TRABALHO”

P.14 RESOLUÇÃO | PELA NEGOCIAÇÃO PARA A VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NÃO DOCENTES

P.15 PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

INTERNACIONAL

P.16, P.17 DECLARAÇÃO DE OSNABRÜCK ABRE CAMINHO PARA A TRANSIÇÃO DIGITAL E VERDE

P.18 DIA INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO COM ALERTA SOBRE TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

LEGISLAÇÃO

P.19, P.20 DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA DE 21 DEZ. DE 2020 A 25 JAN. DE 2021

+VANTAGENS FNE

P.21 HÁ +VANTAGENS EM SER ASSOCIADO FNE

FICHA TÉCNICA

JANEIRO 2021

proprietário

Federação Nacional da Educação

diretor

João Dias da Silva

editor

Pedro Barreiros

produção de conteúdos

Joaquim Santos e Tiago Soares

secretariado

Teresa Morais

sindicatos membros

Sindicato dos Professores da Zona Norte *

Sindicato dos Professores da Zona Centro *

Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e

Vale do Tejo *

Sindicato Democrático dos Professores do Sul *

Sindicato Democrático dos Professores dos Açores *

Sindicato Democrático dos Professores da Madeira *

Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas *

Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de

Educação da Zona Norte * Sindicato dos Técnicos Superiores,

Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro *

Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de

Educação do Sul e Regiões Autónomas

tesoureiro

Joaquim Fernandes

redação

Rua Pereira Reis, 399 * 4200-448 Porto *

tel. 225 073 880 * fax. 225 092 906 *

secretariado@fne.pt

produção gráfica e paginação

Rafael Marques e Tiago Soares



COM AS ESCOLAS NOVAMENTE FECHADAS

Apesar de todas as afirmações de que as escolas não poderiam voltar a encerrar, foi incontornável para o Governo determinar o seu fecho no passado dia 22 de janeiro, e por um período de pelo menos quinze dias.

Desta vez, o Ministério da Educação decidiu que este encerramento não teria atividades alternativas e que estas deveriam ser consideradas como dias a descontar na interrupção das atividades letivas do Carnaval e da Páscoa e seriam ainda compensadas com um ligeiro alongamento do ano letivo.

Estranha-se e discorda-se desta orientação por três motivos: por um lado, os alunos regressaram há apenas quinze dias da interrupção letiva do Natal e fazer crescer agora mais um período de afastamento da escola tem consequências muito negativas; por outro lado, as escolas estão minimamente preparadas para transitarem do modelo presencial para o modo remoto de ligação com os alunos, em cumprimento da orientação que lhes foi determinada para a preparação do presente ano letivo; finalmente, considera-se muito negativo que se quebre por completo a relação dos alunos com as suas escolas e os seus professores quando há condições mínimas para que se permita alguma ligação.

A verdade é que esta solução agrava desigualdades que se acumulam às do ano passado e que envolvem sempre os mais frágeis de todo o tipo.

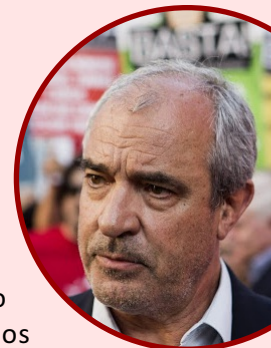
Chegados a este ponto, o que mais se pode desejar é que rapidamente se possa retomar

a atividade letiva presencial e que, passados estes quinze dias, e se ainda não foi possível esse regresso, ao menos se desencadeiem os mecanismos que permitam que alunos e professores se reencontrem em ligação de índole pedagógica.

O Ministério da Educação foi incapaz de cumprir o compromisso de universalizar a escola digital, como o Primeiro-Ministro tinha anunciado há quase um ano atrás que seria assegurado a partir de setembro passado. O Ministério da Educação falhou e as vítimas são os alunos mais frágeis que nas atuais circunstâncias vão ser os mais afetados.

É nestas circunstâncias que, mais uma vez, o Ministério da Educação vai querer socorrer-se dos seus Docentes para que utilizem os computadores que compraram e para que usem as ligações à Internet que mensalmente pagam às operadoras. É tempo de o Ministério da Educação reconhecer esta situação e determinar que, ou lhes atribuam equipamento e condições para a sua utilização em serviço, ou os compensem destas despesas. Esta é uma reivindicação que nas atuais circunstâncias faz todo o sentido e que a FNE assume por inteiro.

As respostas a esta situação de crise têm sempre de combater as desigualdades, respeitar as pessoas e colocar os Trabalhadores em primeiro lugar.



João Dias da Silva

João Dias da Silva
Secretário-Geral

FNE SUGERIU ENSINO MISTO NO SECUNDÁRIO

A FNE esteve reunida com a Secretária de Estado da Educação, Inês Ramires, a 7 de janeiro, para um balanço do primeiro período do atual ano letivo num encontro que marcou também o retomar de reuniões entre sindicatos e a tutela, já que a última reunião ocorreu há quase um ano, a 22 de janeiro de 2020.

E foram então apresentadas pela FNE à tutela várias mensagens e preocupações relativas ao desenvolvimento dos primeiros e dos próximos meses de aulas nas escolas. Desde logo a necessidade fundamental de adequar o funcionamento do ano letivo às condições essenciais que garantam a saúde de todos os que estão na escola.

E para isso a FNE pediu ao Ministério da Educação (ME) a implementação de medidas nas escolas que diminuam o risco de contágio durante a pandemia de Covid-19, sugerindo como hipótese que os alunos do secundário pudessem passar a ensino misto: "Apresentámos um conjunto de soluções pensadas no sentido de criar condições que diminuam o risco. É preciso adotar novas medidas tais como aumentar o distanciamento social, reduzir número de alunos por turma e até, eventualmente, determinar que os alunos do secundário passem a ter aulas num regime híbrido, ou seja, que uma parte das aulas

seja presencial e outra à distância", disse o Secretário-Geral (SG) da FNE, João Dias da Silva.

Já sobre o primeiro período de aulas, João Dias da Silva sublinhou que "houve uma instabilidade que sabíamos que iria existir numa pandemia", referindo ainda que "o direito a ter aulas não foi cumprido em muitos casos" o que levou a um "aprofundamento de desigualdades" que é necessário corrigir, acrescentado que "acima de tudo é preciso adequar o funcionamento do ano letivo às condições essenciais para preservar a saúde e segurança sanitária de todos os que estão na escola: professores, alunos e trabalhadores não docentes". E para isso a FNE deixou a proposta de "caso seja necessário devem ser adotadas novas medidas como aumentar o distanciamento físico, reduzir o número de alunos por turma e eventualmente até determinar que no ensino secundário uma parte dos alunos tenha uma parte da componente letiva presencial e outra parte a distância".



João Dias da Silva afirmou ainda que outras matérias como a sobrecarga de trabalho dos professores, que em alguns casos "duplicou, triplicou e até quadruplicou", porque tinham que dar apoio aos alunos presentes na sala de aula e aos que ficam em casa e outros problemas ligados à carreira dos docentes como a atratividade dessa mesma carreira, os constrangimentos no acesso ao 5º e 7º escalões, o tempo de precariedade para entrar em carreira, a necessidade de aumentar o número de quadro de escola de modo a diminuir a instabilidade dos nossos docentes, também foram debatidos neste encontro.

A terminar, a FNE deixou ainda mensagens relativas aquilo que é o plano de formação para a escola digital, lançado pela Direção-Geral de Educação (DGE), dizendo que os educadores de infância têm de ser igualmente envolvidos na formação para a transição para o digital nas escolas. A recente informação da DGE, segundo o SG da FNE "não incluía a informação de que os educadores de infância fizessem parte do plano e isso para a FNE é inaceitável".

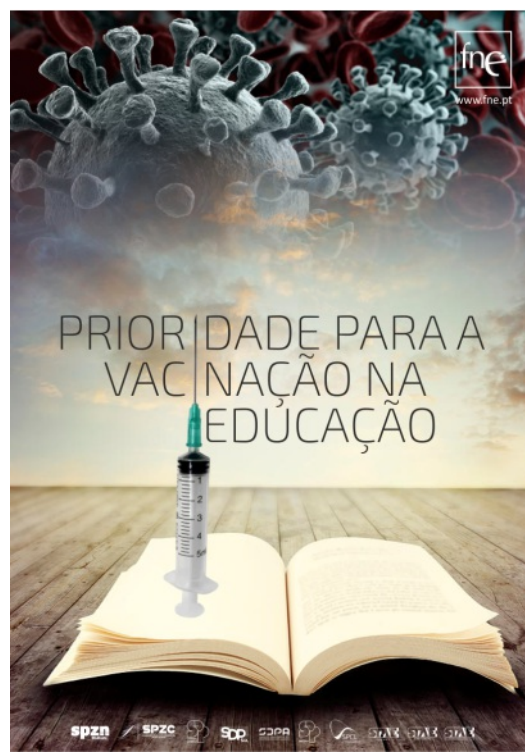
Para a FNE "é muito significativo que da parte do ME comece a existir disponibilidade para o retorno ao diálogo e negociação. Só assim conseguiremos encontrar soluções que valorizem os educadores e professores do nosso país".



PRIORIDADE PARA A VACINAÇÃO NA EDUCAÇÃO

A FNE reforçou a exigência de que os profissionais da educação sejam incluídos nas primeiras prioridades na vacinação contra a Covid-19, aliás em consonância com o que a UNESCO recomenda.

Sabendo-se que as crianças e os jovens constituem grandes potenciais de transmissão do vírus da Covid-19 e que são também, os mais assintomáticos, a FNE considerou fundamental que se adotem procedimentos adequados de proteção para toda a comunidade escolar, justificando-se deste modo a prioridade que se reivindica, em paralelo com o que acontece noutros países.



A FNE apelou às autoridades e especialistas de saúde pública para procederem à análise das novas condições, para que se pudessem determinar orientações adequadas.



O Governo não assegurou o compromisso de que no início deste ano letivo todos os alunos e professores estivessem dotados de equipamentos e meios para que essas modalidades pudessem ser asseguradas.

NOVO CONFINAMENTO COMEÇOU COM AS ESCOLAS A FUNCIONAR

A 15 de janeiro, Portugal entrou em novo período de confinamento de pelo menos um mês devido à evolução grave da pandemia da COVID-19. Mas comparativamente ao que aconteceu em março/abril desta feita o governo decidiu manter as escolas abertas e em pleno funcionamento.

E esta decisão do Governo de manter a atividade letiva presencial em todas as nossas escolas, teve como reação da FNE a exigência da determinação de medidas que garantam a proteção e a saúde de todos os membros da comunidade escolar.

A FNE sempre sublinhou tanto nas suas comunicações públicas, como nas reuniões que teve com a tutela, a necessidade de que uma decisão sobre as condições de funcionamento das escolas assentasse nos pareceres dos especialistas e da comunidade científica.

Mas ao longo dos dias que precederam a decisão do governo, verificou-se uma clara divergência sobre a identificação da melhor solução,

nomeadamente sobre o real impacto na velocidade de propagação do vírus e, portanto, dos riscos que lhe estão associados, em relação a cada uma das soluções possíveis quanto ao funcionamento das escolas.

A FNE defendeu sempre que o ensino presencial é claramente preferível, por variadas razões. Pela consciência da insuficiência dos meios tecnológicos de que as escolas dispõem, se quiséssemos avançar para modalidades de ensino a distância ou híbrida.

Mas a FNE também mostrou a consciência de que, mesmo que esses meios existissem, eles seriam sempre de efeito inferior ao da atividade letiva presencial, que é mais rica e mais eficaz.

E no momento da apresentação da decisão de confinamento, a FNE considerou que deveriam ser adotadas medidas que garantissem, quer o acompanhamento da situação epidemiológica em contexto escolar, quer a promoção da saúde e segurança de toda a comunidade educativa.

E para isso continuou a sublinhar a necessidade da realização sistemática de testes que permitam acompanhar e detetar todas as situações de infeção que se venham a registar; por outro lado, a colocação da comunidade escolar na mais elevada prioridade que for possível para a

vacinação, para que o mais rapidamente esteja protegida para continuarem com segurança os processos de ensino-aprendizagem.

Por fim a FNE lembrou ainda como é indispensável que todos os alunos tenham docentes para todas as atividades curriculares e que as escolas estejam dotadas dos trabalhadores não docentes que forem indispensáveis para que todos os serviços das escolas estejam a funcionar, assim como assegurar o adequado enquadramento dos Docentes que pertençam a grupos de risco, salvaguardando-se a sua proteção e a sua saúde.



"Aquilo que agora é necessário é que sejam garantidas todas as condições de segurança para a saúde de todos os que estão na escola"

João Dias da Silva na TVI24

AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO FEZ FNE AJUSTAR A SUA POSIÇÃO

Mas o evoluir da situação epidémica colocou Portugal como país do mundo que registava à altura mais casos diários por milhão de habitantes.

E por isso, a 18 janeiro, a FNE entendeu perante o brutal agravamento dos números de infetados e de óbitos, decidiu ajustar a sua posição e pedir ao Ministério da Educação a suspensão imediata das atividades letivas presenciais, em nome da preocupação primeira de garantir as condições de saúde de todos.

A FNE sublinhou ainda a importância da atividade letiva presencial, em nome da equidade educativa e social, através de um comunicado enviado às redações de imprensa, recordando que o "governo não dotou as escolas dos recursos indispensáveis para que as escolas estivessem preparadas para uma nova interrupção das atividades letivas presenciais".

E assim sendo, a preservação das condições de saúde da população levou a FNE a concluir "que é incontornável a interrupção das atividades letivas presenciais".

Esta decisão foi tornada pública no dia em que Portugal contabilizou hoje 167 mortes, um novo máximo de óbitos em 24 horas relacionados com a Covid-19, e 6.702 novos casos de infeção pelo novo coronavírus, segundo a Direção-Geral da Saúde (DGS).





"Ouvimos os especialistas e o que mais preocupa a FNE é a saúde pública. Mas também temos consciência que o acesso a computadores e rede de internet continua tão frágil quanto estava no ano passado. Vamos ver daqui a 15 dias, se as atividades letivas presenciais vão ser retomadas e caso isso não seja possível, quais serão as próximas medidas".

João Dias da Silva na RTP3

GOVERNO RECUOU E ANUNCIOU A INTERRUPTÃO DA ATIVIDADE LETIVA

No entanto, a semana não iria terminar sem uma nova alteração nas decisões do governo. Na quinta-feira, 21 janeiro de 2021, o Primeiro-Ministro, António Costa, anunciou o encerramento das escolas de todos os níveis de ensino durante 15 dias de forma a travar os contágios pelo da Covid-19.

A decisão da tutela foi justificada como "princípio de precaução", devido ao aumento do número de casos da variante mais contagiosa do SARS-CoV-2, que cresceram de cerca de 8% para 20% de uma semana para outra, ficando ainda a mensagem de que os 15 dias de interrupção serão compensados com aulas nas férias de Carnaval, Páscoa e numa semana no final do ano letivo.

A toda esta situação João Dias da Silva reagiu dizendo que a interrupção das aulas, por 15 dias, é "uma solução de recurso incontornável" perante o agravamento da pandemia da Covid-19, apesar do seu "impacto extremamente negativo" recordando ainda que "não foram garantidas as condições para haver ensino remoto".

O SG da FNE, em declarações aos vários órgãos de comunicação social considerou que a medida, sendo necessária para "garantir a saúde", tem "um impacto extremamente negativo", principalmente para "os mais desfavorecidos e os mais desprotegidos" e vem "acentuar fragilidades" do ensino, em que alunos "não tiveram professores" durante o primeiro período letivo.

Foi ainda pedido pela FNE que a interrupção das aulas nas escolas dure "o tempo considerado imprescindível", renovando o apelo à tutela para que equie as escolas dos "recursos indispensáveis", como professores, técnicos e equipamento informático, que garantam a retoma do ensino presencial.

João Dias da Silva lançou ainda aos governantes o desafio de, aproveitando esta pausa nas atividades letivas, colocar os trabalhadores da educação na prioridade da vacinação e começar já essa vacinação, cumprindo assim as recomendações da UNESCO.

RESOLUÇÃO | ADEQUAR A ORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS À EVOLUÇÃO DA PANDEMIA DEFENDENDO OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

O Secretariado Nacional da FNE, reunido a 8 de janeiro de 2021, realizou um balanço político da atuação do Ministério da Educação ao longo do ano de 2020, analisou a agenda política da presidência do Conselho da União Europeia para o primeiro semestre de 2021 e definiu a orientação para as iniciativas que deverão marcar a agenda nestes primeiros meses do novo ano.

CLIQUE PARA LER A VERSÃO COMPLETA DA RESOLUÇÃO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO RECUSOU ENFRENTAR A RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS ESTRUTURAIS DO SISTEMA EDUCATIVO E DE FORMAÇÃO

O Ministério da Educação limitou-se a uma prática gestionária que, ao mesmo tempo que revelava uma incompreensível incapacidade de diálogo, ignorou os constrangimentos existentes, escondendo-se na difusão de anúncios de medidas pontuais de intervenção, as quais se revelaram na prática sem impacto.

PORTUGAL INICIA QUARTA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA APOSTADO NO REFORÇO DO PILAR EUROPEU DOS DIREITOS SOCIAIS

A FNE entende que o Governo português não pode colocar o diálogo social como central no âmbito das políticas europeias, ao mesmo tempo que ignora a sua prática no nosso País. Particularmente o Ministério da Educação e o Instituto Camões têm a obrigação de fortalecer o diálogo social, a negociação e a concertação.

FNE INSISTE EM QUE OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO SEJAM PRIORIDADE NA VACINAÇÃO CONTRA O COVID 19

A FNE reitera a exigência de que os profissionais da educação sejam incluídos nas primeiras prioridades na vacinação contra o Covid 19, aliás em consonância com o que a UNESCO recomenda.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DESRESPEITA DESPUDORADAMENTE DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS CRIANÇAS E JOVENS

O Secretariado Nacional da FNE insiste na denúncia das múltiplas circunstâncias em que há alunos sem professores, e que constitui um fenómeno que, perante um Ministro da Educação que apenas responde com silêncios, tende a agravar-se no futuro próximo, se não forem tomadas decisões adequadas em tempo oportuno.

OS ALUNOS PORTUGUESES BAIXARAM O NÍVEL DE LITERACIA A MATEMÁTICA E CIÊNCIAS

A FNE alerta, uma vez mais para o desinvestimento na educação, visível nos orçamentos de Estado aprovados nos últimos anos e imputa total responsabilidade ao Governo e, em particular ao Ministro da Educação, pela degradação das políticas públicas de educação e formação com graves consequências na determinação do futuro das gerações futuras e do desenvolvimento do país.

O MINISTRO DA EDUCAÇÃO CONTINUA A PASSAR POR ENTRE OS PINGOS DA CHUVA, NUM DESERTO DE IDEIAS E SOLUÇÕES PARA OS PROBLEMAS DA EDUCAÇÃO

Tem sido incompreensível e de uma grande insensibilidade política e de um total desrespeito pelo direito à negociação coletiva, o silêncio com que o Ministro da Educação (não) tem respondido aos problemas apresentados pela FNE, e que refletem um conjunto de fragilidades que a nossa escola e o nosso sistema de ensino vivem atualmente.

MARÇAL GRILO: "A MAIOR EXIGÊNCIA É COM NÓS MESMOS"

O Professor Doutor Eduardo Marçal Grilo, membro do Conselho de Curadores da Fundação Francisco Manuel dos Santos e ex-Ministro da Educação entre 1995 e 1999, foi o primeiro convidado do ciclo de Webinários "Que caminhos para a escola na pós-pandemia", organizado pela Federação Nacional da Educação (FNE) e pelo Canal4 da AFJET (Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho).

Numa intervenção rica que contou com a moderação de João Dias da Silva (Secretário-Geral da FNE) e Lucinda Manuela Dâmaso (Presidente da UGT, Vice-Secretária-Geral da FNE e Presidente do SPZN), Marçal Grilo, antes de lançar as suas ideias para o futuro, deixou uma ideia central para o presente imediato: a urgente vacinação dos educadores, professores e não docentes, que deveriam estar colocados num eixo prioritário, na medida em que "são agentes num serviço essencial para a sociedade como é a educação".

O ex-Ministro da Educação do governo de António Guterres evidenciou, ao longo de mais de uma hora de intervenção, as marcas que a pandemia vai deixar na escola que, em seu entender, são mais positivas que negativas. Desde logo o facto de a pandemia ter demonstrado a enorme capacidade dos profissionais de educação para se adaptarem rapidamente e criarem soluções, no sentido de resolver as circunstâncias disruptivas que esta pandemia criou, em tão pouco tempo, a toda a comunidade escolar.

Em segundo lugar, o ter demonstrado à sociedade a importância da escola e o seu impacto para o futuro dos jovens.

Segundo Marçal Grilo "tudo isto surpreendeu muita gente, mas a mim não. Sempre acreditei na capacidade de todos os profissionais nas escolas para reagirem desta forma". Sobre o futuro, o convidado deste webinar deixou duas ideias que, em seu entender, a pandemia revelou: a necessidade de a escola ser vista e funcionar como uma organização (única e diferente da escola do lado) e a de ser detentora de uma autonomia eficaz relativamente à tutela. Isto sem nunca deixar de lado a certeza, que ele não se cansa de repetir, da importância da educação de base do pré-escolar, de que ele foi o percussor em Portugal.

Para reforçar essa certeza é necessário criar escolas fortes, com lideranças e equipas coesas, com um corpo docente estável, objetivos e planos de ação delineados à medida das comunidades, a que cada instituição de ensino esteja afeta, fatores que tornam cada escola *per si* numa organização verdadeiramente única.





fne

QUE CAMINHOS PARA A ESCOLA NA PÓS - PANDEMIA

A participação é gratuita mas com inscrição obrigatória

Ciclo de Webinários

JAN a ABR 2021 | 17h00 às 18h00

14 de janeiro

Orador



Eduardo Marçal Grilo
Conselho de Curadores da Fundação Francisco Manuel dos Santos. Presidente do Conselho Geral da Universidade de Aveiro

f LIVE facebook.com/fmeduca facebook.com/canal4pt

CFET

CANAL - WWW.CANAL4.PT

"Os jovens não podem desistir", afirmou Marçal Grilo: "Têm de perceber que é com erros que se aprende e que só assim crescemos e melhoramos".

Mas também numa escola assente na criação de jovens com valor, sentido ético, com respeito pelos outros e que nunca desistam: "Os jovens não podem desistir", afirmou Marçal Grilo. "Têm de perceber que é com erros que se aprende e que só assim crescemos e melhoramos".

Depois tem de existir um incremento de autonomia. As escolas têm que poder aplicar as suas ideias deixando de ser consideradas como braços da tutela, dando oportunidade de poderem escolher os seus próprios professores. Embora reconhecendo que, infelizmente, o compadrio é muito habitual no nosso país, o orador confessa: "Isto é muito controverso, eu sei, mas para mim os professores devem ser escolhidos pela própria escola".

ENSINO REMOTO DE EMERGÊNCIA

Para Marçal Grilo, o futuro tem de trazer "uma escola em que se aprende mais, sempre baseada em conhecimentos científicos, mas a utilizar as tecnologias em seu favor". É claro "com alunos que ali se preparam para O FUTURO, com valores, atitudes e comportamentos – rigor, responsabilidade, criatividade, solidariedade, nunca desistir e acima de tudo com uma cultura de exigência, que passa por muito mais que exames e que começa em casa". Para o ex-Ministro da Educação, "a maior exigência é sermos exigentes com nós mesmos. Sou fã de ciclismo e costumo dizer que isto é como um contrarrelógio individual: o ciclista luta contra si próprio - isto para mim é que é exigência", reforçando ainda a ideia com a consideração de que "os alunos devem ser cada vez mais proativos e menos reativos".

Para Marçal Grilo "uma das evidências da pandemia foi que destapou a pobreza e as desigualdades", alertando que a escola por si não consegue combater esta situação, mas tem um papel fundamental a desempenhar, "educando as pessoas e servindo de elevador social para os mais frágeis e mais desprotegidos. A escola dá asas e faz voar".

Um dos voos mais importantes pode ser feito através do livro e da leitura. Por isso recorda: "Devo a um professor o ter-me tornado um leitor assíduo".

Mas a tutela não se pode demitir totalmente do seu papel "e deve avaliar e apoiar. Cada escola deve fazer uma avaliação muito rigorosa daquilo que a pandemia trouxe: devemos estudar o que correu bem e aproveitar para aplicar no futuro. As tecnologias devem enriquecer o ensino presencial pois, para mim, aquilo que tivemos em março/abril foi um ensino remoto de emergência, e não ensino a distância. Temos que ter uma atenção muito centrada numa escola de qualidade, mas também é preciso analisar muito bem os problemas por que professores, alunos e pais passaram".

Outro aspeto relevante, referido pelo orador convidado deste webinar, foram os processos de avaliação dos alunos, uma vez que "não podemos tratar por igual aquilo que é diferente. As comunidades e famílias mais desfavorecidas requerem um trabalho mais específico, pois para estes o ensino é que tem que ter mais qualidade. Tal como os alunos, os professores também não podem desistir".

"A escola tem um papel fundamental a desempenhar, educando as pessoas e servindo de elevador social para os mais frágeis e mais desprotegidos. A escola dá asas e faz voar", afirmou Marçal Grilo

ESPERANÇA NA ESCOLA PÓS-PANDEMIA

Uma questão central dos docentes é a seguinte: "É preciso aumentar o prestígio da profissão. Em Portugal vive-se um paradoxo: a opinião pública reconhece sempre os professores, mas os cursos de formação inicial não atraem os melhores alunos e é urgente combater esta (aparente) contradição. A Finlândia disse: para os cursos de formação de professores queremos os melhores. Porque a educação é absolutamente crucial para o futuro de um país".

Marçal Grilo acentua que precisamos de um ensino da maior qualidade possível para os líderes de amanhã: "A educação é muito mais que uma negociação entre sindicatos e governos. Envolve toda a sociedade. Sei que a escola tem enorme dificuldade em competir com o "tik-tok" e com os "youtubers", mas tenho uma grande esperança para uma escola pós-pandemia, como um local de elite".

Por seu lado, Lucinda Manuela Dâmaso, moderadora do webinar, referiu que Marçal Grilo "teve uma ação tão forte como Ministro da Educação em múltiplos aspetos, desde, entre outros, a promoção do pré-escolar aos contributos para o desenvolvimento do Regime Jurídico do Ensino Superior, desde a abertura de quinze mil vagas para professores ao processo negocial forte para o topo da carreira docente - todos no fito de melhorar e dignificar a carreira dos professores".

Para a Vice-Secretária-Geral da FNE, "temos que reter bem esta questão: a curto prazo não vamos ter professores necessários, porque as condições não são atraentes e isto é trágico. Muitos

abandonaram a profissão, devido à falta dessa atratividade. E ninguém melhor que o Senhor Professor para iniciar este ciclo de webinários, por tudo o que fez pelos educadores e professores portugueses e por realçar as necessárias condições de trabalho".

João Dias da Silva, Secretário-Geral da FNE, lançou de seguida algumas questões, colocadas pelos cerca de 200 participantes do webinar, que cercaram temas desde os concursos e colocação de professores, a atratividade da profissão docente, o obstáculo do modelo de avaliação de desempenho ao trabalho colaborativo e à importância da Filosofia na educação, tecendo em jeito de síntese o seguinte comentário: "Não se pode mudar a escola só por mudar. Tem de haver uma discussão a fundo, com tempo disponível, e ver o que podemos incorporar do bem que correu".

"Os jovens não podem desistir", afirmou Marçal Grilo. "Têm de perceber que é com erros que se aprende e que só assim crescemos e melhoramos".

Reveja aqui a conversa com Marçal Grilo na abertura do ciclo de Webinários "Que caminhos para a escola na pós-pandemia", organizado pela Federação Nacional da Educação (FNE) e pelo Canal4 da AFJET (Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho).



facebook.com/fneduca
facebook.com/canal4pt

Marçal Grilo: "A educação é muito mais que uma negociação entre sindicatos e governos. Envolve toda a sociedade. Sei que a escola tem enorme dificuldade em competir com o "tik-tok" e com os "youtubers", mas tenho uma grande esperança para uma escola pós-pandemia, como um local de elite".



Eduardo Marçal Grilo

FNE: "NÃO BASTA APLAUDIR O ESFORÇO. É NECESSÁRIO VALORIZAR O TRABALHO"

6 de janeiro foi a data que marcou o regresso da FNE aos encontros presenciais com o Ministério da Educação.

Numa reunião marcada pela tutela, e onde foram debatidas matérias relativas à afetação de pessoal não docente às escolas e realizar um balanço do 1º período deste ano letivo a FNE transmitiu aos representantes do governo a necessidade de se trabalhar de forma consistente no combate à precariedade entre estes trabalhadores.

"O Ministério da Educação tem vindo a anunciar a contratação de mais assistentes operacionais, mas esses processos são extremamente lentos o que fez com que no primeiro período não se tenham sentido nas escolas os efeitos desses anúncios", afirmou João Dias da Silva, SG da FNE, à saída da reunião. E por isso "a FNE defende que é preciso passar das vontades aos atos e que as escolas sejam dotadas dos assistentes técnicos, dos assistentes operacionais e técnicos superiores que são fundamentais para o bom funcionamento das aulas e para que os serviços das escolas como bares, bibliotecas, papelarias entre outros, funcionem", disse o SG da FNE.

Para a FNE, no momento em que chegarem às escolas os novos equipamentos que fazem parte

desta transição digital nas escolas, é necessário que sejam técnicos com formação adequada a proceder ao tratamento e manutenção destas novas tecnologias, pois segundo Dias da Silva "estas funções não podem ser entregues a trabalhadores de outros setores. E para isto é preciso recrutar as pessoas que são indispensáveis".

Ficou também definido neste encontro que a FNE iria fazer chegar ao Ministério da Educação um novo pedido de reunião para apresentar um conjunto de muitas outras matérias relativas aos Pessoal Não Docente como o perfil destes trabalhadores, os conteúdos funcionais, o desenvolvimento das carreiras, a situação remuneratória e as condições de avaliação de desempenho.

"Esperamos que agora da parte do Ministério da Educação passe a existir disponibilidade para a negociação, para o diálogo e para a concertação" alertou João Dias da Silva que deixou ainda a garantia de que vai apresentar propostas concretas no sentido da valorização destes trabalhadores pois "não basta aplaudir o esforço enorme que tem sido feito pelo Pessoal Não Docente também neste tempo de pandemia, mas é necessário agora que nas suas condições de trabalho sejam reconhecidos e dignificados. E disso a FNE não desiste".





RESOLUÇÃO | PELA NEGOCIAÇÃO PARA A VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NÃO DOCENTES

A 8 de janeiro de 2021, o Secretariado Nacional da FNE aprovou a resolução "Pela negociação para a valorização dos Trabalhadores Não Docentes".

OS TRABALHADORES NÃO DOCENTES RECLAMAM:

Colocação de técnicos superiores nos serviços de administração escolar e nos serviços técnicos e técnico-pedagógicos das escolas.

Maior investimento tecnológico e digital nas instituições públicas designadamente naquelas cujas funções são compatíveis com o teletrabalho.

Abertura de um processo negocial para a criação da carreira específica de "Assistente da Educação".

Regularização de todos os vínculos precários (Técnicos superiores; assistentes técnicos e assistentes operacionais).

[CLIQUE PARA LER A VERSÃO COMPLETA DA RESOLUÇÃO](#)

PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

O ano de 2020 trouxe-nos uma realidade completamente inesperada, tudo o que havia sido projetado quer na nossa vida privada, quer na profissional, teve uma reviravolta de 360 graus. De uma hora para a outra, tudo mudou. A escola mudou. Tudo à nossa volta se alterou drasticamente.

Somos profissionais da educação, temos uma responsabilidade enorme em manter as escolas como locais seguros, onde as nossas crianças e jovens possam estar em segurança. No entanto, também precisamos de ter todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) a tempo e horas e acima de tudo ser tratados com RESPEITO.

Os profissionais da educação - técnicos superiores, assistentes técnicos, assistentes operacionais e todas as outras categorias do ensino privado e social - estão na linha da frente no apoio aos alunos, na limpeza de espaços, na portaria, na preparação e distribuição de refeições, no apoio administrativo, nas salas dos JI e creches, nas bibliotecas, nas papelarias enfim, em todo o espaço escolar. Estamos em todo o lado e, na maior parte das vezes, somos invisíveis.

Os profissionais da educação, na sua grande maioria têm mais de 55 anos, muitos anos de serviço, muitos com patologias de risco. E apesar de quando dá jeito nos elogiarem muito, continuamos a verificar que nunca, ou quase nunca, há uma palavra de apoio, um simples obrigada.

Sentimo-nos tristes, desalentados, mas continuaremos a fazer o nosso melhor e também a gritar RESPEITEM-NOS.

Um dia, quem sabe, alguém nos ouça.

Em nome do STAAE Sul e RA um enorme obrigada a todos aqueles que todos os dias tratam com dedicação e profissionalismo as crianças e jovens deste país.



**Cristina
Ferreira,
Presidente
do STAAE
Sul e RA**



**FUNCIONÁRIOS
DE ESCOLA
TAMBÉM EDUCAM**

FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

STAAE
SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS

DECLARAÇÃO DE OSNABRÜCK ABRE CAMINHO PARA A TRANSIÇÃO DIGITAL E VERDE

Em 30 de novembro de 2020, os Ministros do Conselho de Educação, os parceiros sociais europeus e a Comissão Europeia adotaram a Declaração de Osnabrück sobre a Educação e Formação Profissional (EFP), como um facilitador da recuperação e da transição justa para a economia digital e economia verde.

O documento substitui as Conclusões de Riga de 2015 e estabelece um novo conjunto de ações políticas em matéria de EFP para o período de 2021 a 2025, para a União Europeia (UE), países candidatos à UE e países da área económica europeia. A Declaração de Osnabrück complementa a Recomendação do Conselho sobre Educação e Formação Vocacionais para a Competitividade Sustentável, Justiça Social e Resiliência, adotada no mesmo dia.

A FNE, na linha do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE), exorta os ministros portugueses responsáveis pelo EFP a iniciar a implementação da Declaração de Osnabrück, através de um diálogo social eficaz sobre as reformas do EFP, com o envolvimento dos sindicatos da educação e dos professores e formadores do setor.

A Declaração de Osnabrück concentra o seu foco em quatro áreas principais:

1. Resiliência e excelência através de um EFP de qualidade, inclusivo e flexível;
2. Estabelecimento de uma nova cultura de aprendizagem ao longo da vida – com relevância para a Educação e Formação Continuadas (CVET) e digitalização;
3. Sustentabilidade - um elo verde no EFP;
4. Espaço Europeu de Educação e Formação e um EFP de dimensão internacional.



Osnabrück Declaration VET at the center of recovery and of just green and digital transitions

eu2020.de



Osnabrück Declaration
Virtual Endorsement Ceremony,
30 November 2020
on behalf of all partners of the Osnabrück Declaration





Na crise da COVID-19, uma atenção específica deve ser naturalmente dada à saúde, segurança e apoio mental aos professores e formadores de EFP.

A FNE saúda o facto de a qualidade e a inclusão do EFP estarem incluídas nos principais objetivos da Declaração, que irá reforçar a implementação do primeiro princípio ou categoria do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, respeitante à igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho. Devido à falta de investimento para atualizar o equipamento e as instalações das instituições, o EFP continua a ser uma segunda escolha dos alunos e pais em praticamente todos os países da UE. Deste modo, a FNE congratula-se com o facto de a Declaração de Osnabrück sublinhar várias vezes a necessidade de mais investimento para os setores do EFP.

A Declaração destaca que os professores e formadores do EFP têm um relevante papel em garantir uma transição suave para as economias digital e verde. No entanto, a FNE lembra que eles não podem cumprir tal tarefa sozinhos, sem receber o apoio efetivo dos seus ministérios e instituições provedoras de EFP, seja na necessária adaptação do currículo, seja na renovação do material de ensino e aprendizagem, para satisfazer as novas necessidades dos alunos. A isto acrescenta-se a melhoria da formação inicial e contínua de professores, para ser atualizada e verdadeiramente de alta qualidade para todos os (futuros) professores e formadores.

Certamente, é de igual modo indispensável garantir uma melhor cooperação entre escolas de EFP e empresas e mercado laboral, não só para garantir vagas de aprendizagem de qualidade para os formandos, mas também para apoiar o desenvolvimento profissional de professores de EFP e formadores de oficinas dentro das próprias empresas. Os regulamentos nacionais sobre quem pode ser professor ou formador de EFP numa escola têm de ser respeitados ao atrair profissionais de empresas para a profissão

docente, uma vez que estes devem obter a formação pedagógica e de ensino necessárias.

O EFP não pode também tornar-se totalmente atrativo sem o envolvimento dos parceiros sociais na reforma dos respetivos sistemas. A FNE apoia a Declaração quando esta defende que uma parceria sólida com os parceiros sociais é vital para alcançar os objetivos e as linhas estabelecidas na Declaração de Osnabrück. Por isso, apela aos ministros responsáveis pelo EFP que se inicie a implementação da Declaração com um forte e proveitoso diálogo social, sobre as necessárias reformas do sistema nacional, com o envolvimento participativo e as propostas dos sindicatos da educação.

Além disso, aplaudimos que a Declaração sublinhe que a atratividade da profissão docente deve ser aumentada.

Por último, a FNE apela aos ministros responsáveis pelo EFP para que garantam melhores condições de vida, de trabalho e de salários para os professores, a fim de atrair os melhores candidatos para a profissão docente de EFP e salvaguardar a sua retenção. Na crise da COVID-19, uma atenção específica deve ser naturalmente dada à saúde, segurança e apoio mental aos professores e formadores de EFP.

Na Declaração, os Ministros europeus prometem contribuir para a recuperação pós-Pandemia e desenvolver a Área Europeia de Educação e Formação, com a inovação orientada para o futuro, no sentido de apoiar as transições digital e verde, pela melhoria da empregabilidade e da competitividade, através de um forte estímulo da economia e do crescimento.

[Consulte aqui a Declaração de Osnabrück.](#)

DIA INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO COM ALERTA SOBRE TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

Num ano marcado pela pandemia da COVID-19, o Dia Internacional da Educação (24 de janeiro) fica assinalado pelas preocupações levantadas pelos professores sobre a obrigação do aumento do uso de tecnologias no setor, que tem agravado as desigualdades existentes e ameaça o direito universal à educação de qualidade. O digital divide, pelo que os sindicatos da educação exigem que a profissão seja ouvida na introdução e avaliação das novas tecnologias de educação.

Os professores enfrentam barreiras semelhantes. Numa recente pesquisa conduzida pela Internacional da Educação (IE), professores de 94 países relataram grandes diferenças no acesso à internet para educadores, ao longo das divisões rural/urbano e rico/pobre. Sem surpresa, os educadores em áreas urbanas e ricas têm um acesso consideravelmente superior à internet em comparação com seus colegas que trabalham em escolas de áreas rurais e pobres.

A menos que essas desigualdades sejam tratadas com urgência, elas vão ter certamente implicações de curto, médio e longo prazo para educadores, alunos e comunidades educativas. “A digitalização da educação está intimamente ligada ao aumento da comercialização”, alertou David Edwards, Secretário-Geral da IE. “O resultado é a crescente lacuna de equidade que estamos testemunhando em países de todo o mundo. Não se deve permitir que as empresas operem com pouca supervisão num dos setores públicos mais críticos”, acrescentou. “No Dia Internacional da Educação, convocamos todos os países a implementarem modelos de cogovernança para o uso da tecnologia na educação, em que os professores sejam constantemente consultados sobre a introdução e avaliação dessas ferramentas”.

O Dia Internacional da Educação é celebrado anualmente com o propósito de homenagear o papel da Educação para a paz e o desenvolvimento. Foi proclamado através da Resolução 73/25 aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas a 3 de dezembro de 2018 e comemorado pela primeira vez a 24 de janeiro de 2019.

De acordo com a UNESCO (Agência das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), sem educação inclusiva e equitativa de qualidade e oportunidades para todos, ao longo da vida, os países não vão conseguir alcançar a igualdade de gênero e travar o ciclo de pobreza que deixa milhões de crianças, jovens e adultos para trás.

Como recordou Audrey Azoulay, Diretora Geral da organização, “o 24 de janeiro é a ocasião para reafirmar princípios fundamentais. A educação é um direito humano, um bem público e uma responsabilidade pública. É a força mais poderosa para garantir melhorias significativas na saúde, para estimular o crescimento económico e para liberar o potencial e a inovação necessários para construir sociedades mais resilientes e sustentáveis”.

Um relatório recente da UNICEF revelou que pelo menos 463 milhões de alunos em todo o mundo foram afastados da educação, por não terem meios de aceder a uma escola com ensino a distância.






Em 2020 foi difícil o acesso ao ensino a distância para muitos alunos e professores.

A falta de condições tecnológicas acentua as desigualdades e não pode repetir-se desta vez.

#TeachingWithTech

DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA DE 21 DEZ. DE 2020 A 25 JAN. DE 2021

[Despacho nº 12606/2020 - DR nº 250/2020](#)
[Série II de 2020-12-28,](#)

Negócios Estrangeiros e Educação - Gabinetes das Secretárias de Estado das Comunidades Portuguesas e da Educação

Aprova a rede de cursos do ensino português no estrangeiro da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário para a África do Sul, Namíbia, Suazilândia (Reino de Eswatini) e Zimbabué, para o ano letivo de 2021.

[Resolução do Conselho de Ministros](#)
[nº 118/2020 - DR nº 252/2020](#)
[Série I de 2020-12-30](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova atribuição de indemnizações compensatórias no âmbito do passe 4_18@escola.tp, do passe sub23@superior.tp e do passe Social +.

[Decreto-Lei nº 106-A/2020 - DR nº 252/2020](#)
[3º Suplemento, Série I de 2020-12-30](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.

[Despacho nº 12661/2020 - DR nº 253/2020](#)
[Série II de 2020-12-31](#)

Finanças, Modernização do Estado e da Administração Pública e Educação - Gabinetes do Ministro de Estado e das Finanças e dos Secretários de Estado da Administração Pública e Adjunto e da Educação

Cria o Grupo de Projeto para o #EstudoEmCasa e designa para o cargo de coordenadora do mesmo a Doutora Cláudia Maria Canha Nunes Johnen Torres.

[Lei nº 75-B/2020 - DR nº 253/2020](#)
[1º Suplemento, Série I de 2020-12-31](#)

Assembleia da República

Orçamento do Estado para 2021.

[Lei nº 75-C/2020 - DR nº 253/2020](#)
[1º Suplemento, Série I de 2020-12-31](#)

Assembleia da República

Lei das Grandes Opções para 2021-2023.

[Decreto-Lei nº 109-A/2020 - DR nº 253/2020](#)
[3º Suplemento, Série I de 2020-12-31](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Fixa o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2021.

[Despacho nº 15/2021 - DR nº 1/2021](#)
[Série II de 2021-01-04](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior

Prorroga o prazo de matrícula e inscrição nas instituições de ensino superior dos candidatos colocados através dos regimes especiais, identificado nas referências 4 e 9 do calendário aprovado em anexo ao Despacho nº 6844/2020, publicado no DR, 2.ª série, nº 127, de 2 de julho de 2020.

[Decreto do Presidente da República nº 6-A/2021](#)
[DR nº 3/2021, 1º Suplemento](#)
[Série I de 2021-01-06](#)

Presidência da República

Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

[Resolução da Assembleia da República](#)
[nº 1-A/2021 - DR nº 3/2021, 1º Suplemento](#)
[Série I de 2021-01-06](#)

Assembleia da República

Autorização da renovação do estado de emergência.

[Decreto nº 2-A/2021 - DR nº 4/2021](#)
[2º Suplemento, Série I de 2021-01-07](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

[Decreto-Lei nº 4/2021 - DR nº 5/2021](#)
[Série I de 2021-01-08](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece o alargamento da ADSE aos titulares de contrato individual de trabalho que exerçam funções em entidades de natureza jurídica pública.

[Portaria nº 12-A/2021 - DR nº 6/2021](#)
[1º Suplemento, Série I de 2021-01-11](#)

Modernização do Estado e da Administração Pública

Procede à primeira alteração à Portaria nº 125-A/2019, de 30 de abril, que regulamenta a tramitação do procedimento concursal de recrutamento, nos termos do nº 2 do artigo 37.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho. [Faltas por doença prolongada]

[Despacho nº 435-A/2021 - DR nº 7/2021](#)
[1º Suplemento, Série II de 2021-01-12](#)

Gabinete do Ministro

Cria o Grupo de Trabalho para os Cursos Artísticos Especializados (GTCAE).

[Despacho nº 535/2021 - DR nº 8/2021](#)
[Série II de 2021-01-13](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Homologa a eleição do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa.

[Decreto do Presidente da República](#)
[nº 6-B/2021 - DR nº 8/2021](#)

[2º Suplemento, Série I de 2021-01-13](#)

Presidência da República

Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

[Resolução da Assembleia da República](#)
[nº 1-B/2021 - DR nº 8/2021](#)

[2º Suplemento, Série I de 2021-01-13](#)

Assembleia da República

Modificação da declaração do estado de emergência e autorização da sua renovação.

[Decreto nº 3-A/2021 - DR nº 9/2021](#)
[1º Suplemento, Série I de 2021-01-14](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

[Decreto nº 3-B/2021 - DR nº 12/2021](#)
[1º Suplemento, Série I de 2021-01-19](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Altera a regulamentação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

[Despacho nº 818-B/2021 - DR nº 12/2021](#)
[2º Suplemento, Série II de 2021-01-19](#)

Educação - Direcção-Geral da Administração Escolar

Subdelegação de competências nos diretores dos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas e nos presidentes das comissões administrativas provisórias.

[Despacho nº 909-A/2021 - DR nº 14/2021](#)
[1º Suplemento, Série II de 2021-01-21](#)

Educação e Coesão Territorial - Gabinetes do Ministro da Educação e da Ministra da Coesão Territorial

Aditamento ao anexo do Despacho nº 6573-A/2020, publicado em 23 de junho, e aos Despachos n.os 8303/2020, publicado em 27 de agosto, e 10621-A/2020, publicado em 29 de outubro, que identificam os equipamentos escolares objeto das intervenções de remoção e substituição do amianto.

[Decreto-Lei nº 8-A/2021 - DR nº 15/2021](#)
[1º Suplemento, Série I de 2021-01-22](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Altera o regime contraordenacional no âmbito da situação de calamidade, contingência e alerta e procede à qualificação contraordenacional dos deveres impostos pelo estado de emergência.

[Decreto-Lei nº 8-B/2021 - DR nº 15/2021](#)
[1º Suplemento, Série I de 2021-01-22](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece um conjunto de medidas de apoio no âmbito da suspensão das atividades letivas e não letivas presenciais.

[Decreto nº 3-C/2021 - DR nº 15/2021](#)
[1º Suplemento, Série I de 2021-01-22](#)

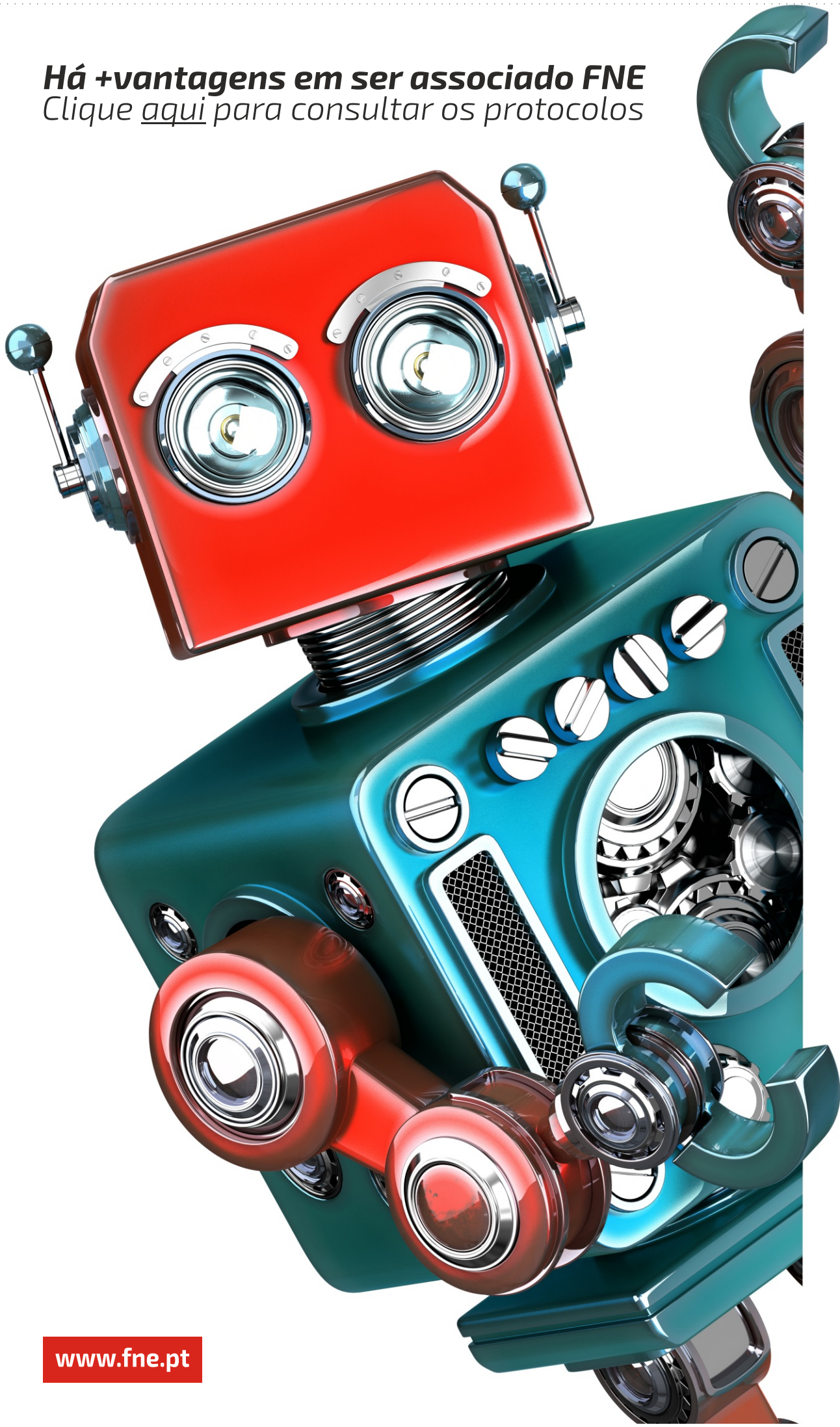
Presidência do Conselho de Ministros

Altera a regulamentação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República.



+vantagens fne

Há +vantagens em ser associado FNE
Clique aqui para consultar os protocolos



www.fne.pt



A participação é gratuita mas com inscrição obrigatória

QUE CAMINHOS PARA A ESCOLA NA PÓS-PANDEMIA



Ciclo de Webinários

JAN a ABR 2021 | 17h00 às 18h00

11 de fevereiro

Orador



Júlio Pedrosa

Presidente do Conselho Geral do ISCTE e do Conselho Fiscal da Fundação Bial. Integra o Conselho do ITQB - Instituto de Tecnologia Química e Biológica da Universidade Nova de Lisboa

Moderadores



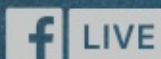
João Dias da Silva

Secretário-Geral da FNE
Presidente da Direção da AFIET



Josefa Lopes

Presidente do SDPSul e membro do Secretariado Nacional da UGT, pela FNE



facebook.com/fneduca
facebook.com/canal4pt



AFIET

CANAL • WWW.CANAL4.PT